

## SUMÁRIO

- Para 2024, espera-se uma **recuperação lenta da economia global**, apesar das políticas monetárias restritivas das grandes economias
- No 1º trimestre de 2024, a **economia portuguesa cresceu acima das expectativas** (1,5%)
- O processo de **redução da inflação** mantém-se e deverá prosseguir até ao final do ano.
- O **mercado de trabalho continua robusto**, com a diminuição da população desempregada (-3,4%) e criação de emprego (+1,8%) com contratos de trabalho sem termo (+3,5%).
- **Aumento dos salários** acima (6%) do referencial previsto no Acordo de Rendimentos para 2024 (5%).
- Regresso do **défice orçamental** (0,2%) e do rácio da **divida pública/PIB** (100,4%), acima dos 100%

## 1.ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL

Num contexto de elevada incerteza geopolítica e de condições financeiras restritivas, assiste-se a diferentes dinâmicas entre as economias internacionais: os EUA apresentam um crescimento sólido com uma normalização das taxas de juro mais rápida; enquanto na Zona Euro há sinais de um crescimento menos lento e a China mantém uma dinâmica mista com um forte dinamismo da indústria, por um lado, e a fraca procura interna, por outro.

Ainda assim, espera-se que o crescimento global em 2024 deverá atingir cerca de 3%, sinalizando uma recuperação lenta, mas consistente, apesar das políticas monetárias restritivas das grandes economias.

Após dois trimestres de queda, a atividade económica na Europa começa a dar sinais de recuperação, embora de forma modesta, com as grandes economias europeias a registar um desempenho positivo, sobretudo da Alemanha, uma das economias que tem registado um crescimento mais lento até à data.

O dinamismo do mercado de trabalho (a taxa de desemprego deverá manter-se próxima dos seus mínimos), as novas descidas da inflação e as reduções das taxas de juro contribuirão para estimular o consumo.

No 1º trimestre de 2024, o PIB registou um aumento de 0,3 % tanto na UE como na Zona Euro. Esta expansão, que foi generalizada em todos os Estados-Membros, marca o fim do período prolongado de estagnação económica que teve início no último trimestre de 2022.

Esta recuperação da actividade económica, ocorre num contexto de força contínua do mercado de trabalho, com a taxa de desemprego a cair para um mínimo de 6,4% em Maio.

Apesar da Zona Euro ter registado uma descida muito significativa das pressões sobre os preços, desde o seu pico de 10,6% (Outubro de 2022), a desinflação abrandou nos últimos meses, uma vez que em Dezembro de 2023, o IHPC era já de 2,9% e em Maio de 2024 ficou em 2,6%.

As previsões da Primavera da Comissão Europeia apontam para um crescimento do PIB de 1,0% na UE e de 0,8% na Zona Euro em 2024. Em 2025, prevê-se que o PIB acelere para 1,6% na UE e para 1,4% na Zona Euro.

**Descida dos  
preços**

Espera-se que o crescimento da atividade económica, neste e no próximo ano, seja em grande medida, impulsionado por uma expansão constante do consumo privado, à medida que o crescimento contínuo dos salários reais e do emprego sustenta um aumento do rendimento real disponível. No entanto, uma forte propensão à poupança continua a travar parcialmente o consumo privado.

Relativamente à inflação (medida pelo IHPC) espera-se que na UE desça de 6,4% em 2023 para 2,7% em 2024 e para 2,2% em 2025. Na Zona Euro, deverá desacelerar de 5,4% em 2023 para 2,5% e 2,1%, em 2024 e 2025, respetivamente.

Partindo de uma taxa inferior ao previsto nos primeiros meses do corrente ano, prevê-se que a inflação continue a diminuir e atinja o objetivo ligeiramente (de 2%) mais cedo do que o projetado nas Previsões Intercalares do Inverno.

Esta desaceleração dos preços deverá ser impulsionada, principalmente, pelos bens não energéticos e pelos produtos alimentares, enquanto se prevê um aumento dos preços da energia e uma diminuição apenas gradual da inflação dos serviços.

Apesar do abrandamento da atividade, a economia da UE criou mais de dois milhões de postos de trabalho em 2023, tendo as taxas de atividade e de emprego das pessoas com idades compreendidas entre os 20 e os 64 anos atingido novos máximos históricos de 80,1 % e 75,5 %, respetivamente, no último trimestre do ano.

**Desempenho  
robusto do  
mercado de  
trabalho**

Este desempenho robusto do mercado de trabalho deve-se tanto à forte oferta de mão de obra – apoiada, entre outros fatores, pela migração – como à procura de mão de obra.

Prevê-se que o crescimento do emprego na UE diminua para 0,6 % este ano e para 0,4 % em 2025 e que a taxa de desemprego na UE se mantenha globalmente estável no seu nível historicamente baixo.

Em consonância com a previsão de uma desinflação contínua, o crescimento dos salários nominais na UE começou a desacelerar, depois de ter atingido um pico de 5,8 % em 2023. No futuro, deverá desacelerar ainda mais.

**Subida ligeira do  
défice**

Após uma redução significativa em 2021 (5,2%) e 2022 (3,4%), a redução do défice orçamental da UE foi interrompida em 2023 (3,5%), à medida que a atividade económica abrandou. De entre os 27 países da UE, Portugal apresentou o quarto maior excedente orçamental (1,2%).

No conjunto dos países europeus, prevê-se uma nova redução entre 2024 (3,0%) e 2025 (2,9%), na sequência da eliminação progressiva das medidas de apoio no domínio energético.

**Redução da  
dívida**

Na União Europeia o rácio da dívida/PIB desceu de 83,4%, em 2022 para 81,7% do PIB em 2023, com Portugal (99,1%) a permanecer acima da média europeia, ficando entre os países mais endividados, apesar de ter registado a maior queda do seu rácio da dívida face ao PIB (-13,4 p.p.).

Num contexto de custos mais elevados do serviço da dívida e de menor crescimento do PIB, o rácio dívida/PIB na UE deverá estabilizar este ano em 82,9%, antes de aumentar cerca de 0,4 pontos percentuais em 2025.

**CRESCIMENTO  
ACIMA DAS  
EXPECTATIVAS**

## 2. ECONOMIA NACIONAL

Apesar dos riscos externos e alguma instabilidade governamental interna, influenciando negativamente a confiança económica e o investimento, as perspetivas para 2024 e 2025 têm sido revistas em alta, perante um cenário de estabilização da inflação e descida das taxas de juro.

Após um abrandamento económico registado em 2023, inicialmente provocada pelo consumo privado e pelo investimento, refletindo o impacto das taxas de juros mais altas, 2024 inicia-se com um crescimento mais favorável do que o previsto.

→ No 1º trimestre do ano, o PIB desacelerou em termos homólogos, de 2,1% para 1,5%, mantendo-se, ainda assim, bastante acima da média europeia (0,4%).

A economia portuguesa registou no 1º trimestre o crescimento menos expressivo desde o 2º trimestre de 2021, mas continua a convergir num ritmo acelerado face aos indicadores da União Europeia e da Zona Euro.

Foi a aceleração do consumo privado que deu um dos principais contributos, em resultado das actualizações salariais e de algum alívio nas tabelas de retenção do IRS, numa altura em que as condições monetárias ainda se mantêm restritivas.

No 2º semestre do ano espera-se uma estabilização dos preços, reflectindo uma diminuição das taxas de juro, e ainda um aumento do investimento que tenderá a ser suportado pelos fundos europeus.

Crescimento  
acima das  
expectativas

**Revisão em alta  
das previsões**

Todas as previsões económicas dos diferentes organismos internacionais (FMI, OCDE e Comissão Europeia) reviram em altas as suas previsões de crescimento para economia portuguesa este ano, ficando todas elas, acima (entre 1,6% e 1,7%) das previsões do Governo (1,5%). Estas revisões vêm confirmar que Portugal deverá manter a trajectória de convergência com a média europeia. O Banco de Portugal foi o mais optimista, com uma previsão de 2%, para este ano.

Tendo em conta o recente aumento dos rendimentos das famílias e a estabilização das taxas de juro, juntamente com a descida da inflação espera-se que o crescimento económico evolua para um modelo mais orientado para o mercado interno, uma vez que o fraco crescimento da economia europeia, acaba por condicionar o crescimento económico português.

São dados positivos, mas é preciso alguma cautela, devido ao agravamento das tensões geopolíticas, com o conflito entre Israel e o Hamas no Médio Oriente a juntar-se à invasão da Rússia à Ucrânia.

Perante os múltiplos choques que têm surgido, com a crise covid, com uma subida fulminante da taxa de inflação e o rápido e forte aumento das taxas de juros, a que se soma o excedente das contas públicas e a redução significativa do rácio da dívida, é de saudar a resiliência da economia e do mercado de trabalho em Portugal.

É, pois, fundamental, numa altura em que se espera um arrefecimento global da economia e perante cenários de instabilidade e incerteza internacionais, que se continue a promover políticas públicas que apostem no crescimento económico, emprego e melhoria de rendimentos.

### 3. TAXA DE INFLAÇÃO

O actual cenário de desinflação gradual, tem contribuído para que a atividade económica mantenha uma dinâmica positiva. Contudo, as vulnerabilidades principais continuam a ser os fatores geopolíticos e o impacto que podem ter na economia, caso se verifiquem disrupções nas cadeias de distribuição, causando um novo aumento de preços e uma maior restritividade monetária.

Em Maio, pela primeira vez desde Setembro de 2023, que se registou uma taxa de inflação homóloga acima dos 3%, com um aumento significativo de 0,9 p. p. face ao valor registado em Abril, fixando-se em 3,1%.

Este comportamento resulta de um efeito de base associado à redução mensal de preços registada em Maio de 2023, no seguimento da isenção de IVA num conjunto de bens alimentares essenciais.

Em Junho, tal como esperado, registou-se já um novo abrandamento dos preços para 2,8%.

Ainda assim, o processo de redução da inflação deverá prosseguir atingindo no final do ano, os 2,5% (IHPC), ligeiramente abaixo do previsto para o conjunto da União Europeia (2,7%).

As elevadas taxas de juro, têm-se reflectido na compra de casa. No 1º trimestre do ano, foram vendidas menos 4,1% de habitações, cujo preço aumentou 7,1%, ainda que tenha sido o aumento de preços menos expressivo desde o primeiro trimestre de 2021.

## ABRANDAMENTO DOS PREÇOS

Subida do  
preço das casas

Apesar da descida de preços, muitas famílias ainda se deparam com grandes dificuldades no pagamento das prestações com créditos à habitação e muitas outras, com baixos rendimentos e poucas poupanças, vêm-se impedidas de comprar casa com recurso a crédito habitação.

Num país de baixos salários como Portugal, a habitação assume um peso elevado no orçamento familiar. É, pois, crucial prosseguir uma política de rendimentos que valorize significativamente os salários e os rendimentos de todos os trabalhadores e suas famílias, aliado a uma política de habitação capaz de garantir o acesso à habitação a todos.

#### **4. MERCADO DE TRABALHO**

Em 2024, antecipa-se uma redução no ritmo de criação de emprego de 0,9% em 2023, para 0,4% em 2024, tal como previsto no PE 2024-28, apresentado em Abril. No entanto, previsões posteriores, quer da Comissão Europeia, quer do Banco de Portugal, apontam para um ligeiro aumento face ao ano anterior, para 1%, mantendo-se a taxa de desemprego em torno de 6,5%.

Tal como os dados mensais vinham a reportar, o emprego aumentou no 1º trimestre do ano. A população empregada foi estimada em 5.019,7 mil pessoas, correspondendo ao valor mais elevado da série iniciada em 2011, tendo aumentado 0,8% (39,2 mil) em relação ao trimestre anterior e 1,8% (90,2 mil) relativamente ao trimestre homólogo.

A criação de emprego destacou-se principalmente:

- Entre os homens (55,3 mil; 2,2%);

**MERCADO DE  
TRABALHO  
ROBUSTO**

População  
empregada  
continua a  
aumentar

**Diminuição da precariedade**

- Pessoas dos 25 aos 34 anos (50,3 mil; 5,4%), que explicam mais de 50% do aumento homólogo do emprego
- Com ensino secundário ou pós-secundário (80,4 mil; 5,2%);
- No sector da indústria, construção, energia e água (44,4 mil; 3,6%),

Outro aspeto relevante prende-se com a criação de emprego para trabalhadores por conta de outrem (107,8 mil; 2,6%), por via de contratos sem termo (123,0 mil; 3,5%) e a tempo completo (78,2 mil; 1,7%), contribuindo assim para uma diminuição contratos de trabalho com vínculos precários.

Devido ao aumento do número de pessoas que entraram no mercado de trabalho, registou-se um aumento da taxa de desemprego no 1º trimestre de 2024 (6,8%), face ao trimestre anterior (6,6%). No entanto, registou-se uma diminuição face ao período homólogo (7,2%).

No 1º trimestre de 2024, a população desempregada (368,2 mil pessoas) aumentou em relação ao trimestre anterior (13,6 mil; 3,8%) e diminuiu relativamente ao homólogo (12,9 mil; 3,4%).

**Diminuição da população desempregada**

Para a diminuição do desemprego neste último ano, contribuíram principalmente:

- Os homens (16,5 mil; 9,0%);
- Pessoas dos 25 aos 34 anos (16,8 mil; 17,3%);
- Com ensino secundário ou pós-secundário (10,4 mil; 7,1%);
- À procura de novo emprego (17,9 mil; 5,3%);
- Desempregados há mais de 12 meses (15,7 mil; 11,3%).

Relativamente ao desemprego de longa duração, regista-se uma diminuição da população desempregada há mais de 12 meses, os quais representavam no 1º trimestre de 2024, 33,5% da população desempregada, valor inferior

ao do trimestre precedente (35,9%) e ao do trimestre homólogo (36,5%). Contudo, 55,4% dos desempregados de longa duração encontravam-se nesta situação há 24 ou mais meses.

### Aumento do desemprego jovem

Situação preocupante é a dos jovens, cujo desemprego não pára de subir. No 1º trimestre do ano, a taxa de desemprego jovem (< 25 anos) foi estimada em 23,0%, tendo aumentado relativamente ao trimestre homólogo (19,6%) e diminuído em relação ao trimestre anterior (23,9%).

Em Abril de 2024, Portugal (22,2%) tinha a quarta taxa de desemprego jovem mais elevada da União Europeia, ficando apenas atrás da Grécia (22,6%) Suécia (23,9%), e de Espanha (26,5%), quando a média da UE27 foi de 14,4%.

## 5. SALÁRIOS

### AUMENTO DOS SALÁRIOS

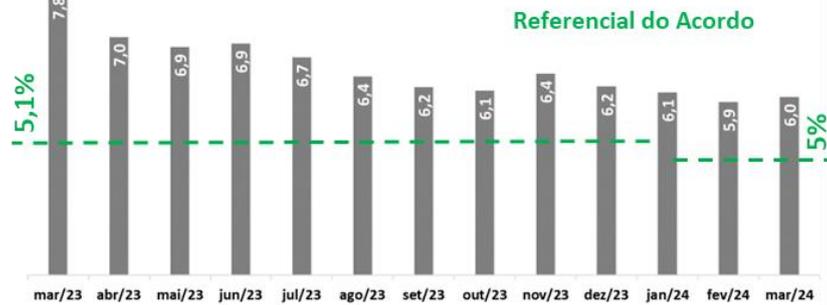
De acordo com os dados publicados pelo INE, no trimestre terminado em Março de 2024, a remuneração bruta total mensal média por trabalhador aumentou para 1.443€, correspondendo a uma variação de 6% (+82€), em relação ao mesmo período de 2023.

Em termos setoriais, a remuneração total média por trabalhador variou entre 902€ nas atividades de “agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” e 3.237€ nas atividades de “eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio

### Aumento dos salários acima do referencial previsto no Acordo

Os aumentos salariais registados no início do ano, à semelhança do que aconteceu no ano de 2023, ficaram acima do valor mínimo estabelecido no Acordo de Médio Prazo para a Melhoria dos Rendimentos, dos Salários e da Competitividade, e no qual a UGT se empenhou na defesa de melhores condições para os trabalhadores portugueses.

**Evolução dos Salários ao Longo do Ano**  
**Var. Nominal (%)**



**Risco de compressão**

Apesar dos aumentos registados, desde a Assinatura do Acordo de Rendimentos, num esforço de melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores em Portugal perante o aumento do custo de vida, é fundamental que se mantenha a valorização do salário médio em Portugal, caso contrário, poder-se-á verificar um efeito de compressão face ao SMN.

Em 2024, o salário mínimo nacional foi aumentado para 820€ por mês, o que se traduziu num incremento de 60€ em relação a 2023, o maior incremento anual já registado.

Perante estes números, o SMN representa já mais de metade do salário médio em Portugal (57%), proporcionando assim uma distribuição mais equitativa da riqueza.

O aumento do salário mínimo é uma medida fundamental para melhorar a condição dos trabalhadores com rendimentos mais baixos, mas é importante equilibrar estes aumentos com políticas que promovam o crescimento dos salários médios, assegurando uma estrutura salarial que reconheça e recompense adequadamente a qualificação dos trabalhadores e evite a emigração de mão de obra qualificada.

E uma vez mais, aqui se reforça a importância da assinatura do Acordo de Rendimentos, com o qual os trabalhadores portugueses têm ganho poder de compra, não só pelo aumento dos seus salários acima da inflação, mas também pelo aumento do seu rendimento mensal líquido, por via da descida das taxas de retenção de IRS.

Apesar das previsões para a taxa de inflação estarem a ser revistas em baixa, convém não esquecer que a subida das taxas de juro por parte do BCE, iniciada em Julho de 2022, fez disparar as prestações com os créditos à habitação, deixando muitas famílias em situações difíceis, pelo que o ganho do poder de compra (com a subida dos salários e a descida da taxa de inflação) acaba por ser absorvido pela subida das prestações dos créditos contraídos.

Portugal não pode continuar a manter um nível de vida inferior à média europeia com baixos salários, quando o custo da habitação (sobretudo nas grandes cidades) e o preço de bens e serviços essenciais no nosso país se equipara, ou chega mesmo a ser mais elevado, do que nas grandes capitais europeias.

É fundamental dar continuidade à valorização dos salários em Portugal, aproximando-se da média europeia. Recorde-se que uma das metas principais aquando da assinatura do Acordo era convergir com a média da União Europeia no peso das remunerações no PIB até 2026 (48,3%), tendo como ponto de partida o ano de 2019 (45,3%).

Apesar de ter atingido a média europeia em 2023 (47%), o objectivo final ainda não foi alcançado: aumentar 3 pontos percentuais face ao valor pré-crise, atingindo os 48,3% do PIB, em 2026.

**Convergir com a  
média europeia**

## 6. FINANÇAS PÚBLICAS

No 1º trimestre de 2024, as contas públicas registaram um **défice orçamental de 0,2% do PIB**, situando-se em -118,9 milhões de euros. Este resultado contrasta com o excedente de 1,1% (691,9 milhões de euros) verificado no mesmo período do ano anterior. Aquela evolução resultou de um aumento da receita (em 7,3%) inferior ao da despesa (11%).

A **receita** aumentou 7,3%, beneficiando da evolução positiva de todas as componentes. Os principais contributos para o crescimento da receita referem-se:

→ à receita fiscal (3,5 p.p.) e às contribuições sociais (2,9 p.p.).

O contributo da receita de capital (0,4 p.p.) reflete a maior utilização de fundos da União Europeia para financiamento de despesa de capital, designadamente no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

A **despesa** aumentou 11% no 1º trimestre de 2024. Para esta evolução contribuíram principalmente:

- as prestações sociais (4,9 p.p.), refletindo essencialmente a atualização de pensões e o aumento do número de pensionistas;
- as despesas com pessoal (2,5 p.p.), refletindo o efeito das atualizações salariais e das valorizações remuneratórias dos trabalhadores em funções públicas;
- os subsídios (1,6 p.p.), essencialmente em resultado da alocação adicional de verbas ao Sistema Elétrico Nacional (SEN) para redução das tarifas de eletricidade.

**DÉFICE  
ORÇAMENTAL**

Crescimento das  
despesas acima  
das receitas

**Novas regras  
orçamentais  
europeias**

Se este ritmo de aumento da despesa, bastante superior ao da receita, continuar poder-se-á retornar a uma situação de défice, colocando em risco a trajetória desejável para a despesa pública no âmbito nas novas regras orçamentais europeias, de acordo com as quais:

*Portugal ver-se-á obrigado a cortar 2,8 mil milhões de euros anuais para reduzir a dívida pública, o equivalente a 1% do seu PIB (para países com uma dívida pública superior a 90% do PIB) por ano durante quatro ou sete anos, consoante o que ficar acordado entre o Governo e Bruxelas até meados de Setembro, quando os Estados-membros têm de apresentar os seus planos orçamentais de médio prazo.*

**Previsões de  
excedente  
orçamental**

Recorde-se que, as previsões para os próximos anos apontam para a continuação de excedentes orçamentais (0,3% em 2024 e 2025), embora mais baixos, sem considerar as medidas entretanto anunciadas e/ou já aprovadas.

Estas medidas referem-se à redução do IRS e do IRC, ao pacote de apoio aos jovens, ao alargamento da redução do IVA na eletricidade, ao apoio à habitação e reforço da saúde, bem como às revisões salariais de diversas carreiras na função pública.

**AUMENTO DA  
DIVIDA PÚBLICA**

O rácio da **dívida pública**, que se fixou em 99,1% do PIB em 2023, deverá continuar a diminuir (95,7% em 2024 e 91,4% em 2025), sendo inferior à média da Zona Euro a partir de 2025.

No entanto, cenários desfavoráveis, como o crescimento económico mais baixo ou o regresso a défices orçamentais, podem interromper essa trajetória, com sinais já no início do ano.

**Divida Pública  
acima dos 100%  
do PIB**

No final do 1º trimestre de 2024, a **dívida pública** situou-se em **100,4% do PIB**, interrompendo a trajetória descendente que se verificava desde o 2º trimestre de 2021.

→ Esta variação reflete o aumento do stock da dívida pública para 270,9 mil milhões de euros (7,7 mil milhões de euros acima do valor registado no final de 2023).

As finanças públicas portuguesas têm melhorado significativamente a sua posição relativa na Zona Euro, facto reconhecido pelos mercados internacionais e pelas agências de rating.

Ainda que os dados sejam referentes apenas ao 1º trimestre do ano, convém ter presente os cenários macroeconómicos adversos que, a concretizarem-se, não devem deixar grandes margens, para aumentos de despesa ou reduções de impostos que não sejam compensados por outras medidas, de forma a garantir a sustentabilidade fiscal e evitar défices orçamentais excessivos.